

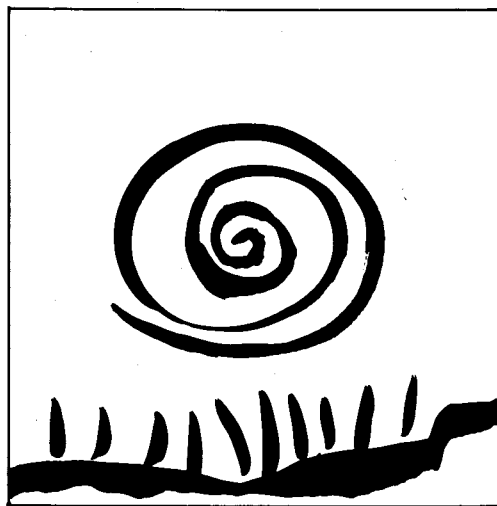
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E CLIENTELISMO POLÍTICO

Maria das Graças Corrêa de Oliveira

Da SUDENE e Universidade Federal de Pernambuco

Lúcia Maria Wanderley Neves

Da Universidade Federal de Pernambuco



Este texto sistematiza resultados preliminares de uma pesquisa em andamento no Mestrado em Educação da UFPe, discutidos na III Conferência Brasileira de Educação, no painel sobre "O Estado e a gestão da política educacional no Nordeste".

RESUMO

No Nordeste do Brasil existe uma articulação contraditória entre política educacional "planejada", de caráter eminentemente tecnocrático e política educacional clientelista, baseada nos compromissos políticos entre o poder central e o poder local.

Essa relação pode ser apreendida tanto através de análise dos mecanismos utilizados para alocação de recursos financeiros para os estados da federação como na implantação e na organização de órgãos descentralizados das secretarias de Educação (NURES, DERES, etc.) e, sobretudo, nos processos de contratação de pessoal técnico-pedagógico.

SUMMARY

In the Northeast of Brasil there is a contradictory articulation between *planned* educational policies which is essentially technological, and clientele educational policies based on the political compromises between the central power and the local power.

This relation can be noticed through the analysis of the mechanisms used to acquire financial resources for the states of the Federation as well as the creation and organization of departments decentralized from the education offices (NURES, DERES, etc.) and, above all, the procedures for hiring technical pedagogical personnel.

O presente trabalho originou-se dos estudos sobre planejamento educacional, realizado pelo Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, os quais têm apontado para a importância de serem investigados as possíveis especificidades do planejamento no setor, ao nível regional, em consonância com a perspectiva adotada pelo Programa, de privilegiar o exame das questões da educação no Nordeste.

Reforçaram o interesse pelo estudo a necessidade de compreender os nexos que presidem as contradições aparentemente verificadas entre a adoção de determinadas políticas educacionais e a permanência ou mesmo a agudização da problemática educacional nordestina¹, em especial aquelas políticas destinadas à zona rural.

Nessa perspectiva, constituem-se objeto de atenção tanto os chamados Projetos Especiais (PRONASEC, EDURURAL, POLONORDESTE, PROCANOR), cujos objetivos buscam viabilizar a prioridade concedida à educação básica naquele espaço, pelo III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (III PSECD) como a política de modernização administrativa do sistema educacional, cuja ênfase no processo de descentralização parece vir operando, antes, um crescimento exagerado das equipes técnicas das secretarias de Educação do que uma melhoria efetiva das condições de funcionamento da rede escolar.

De outra parte, apesar da literatura recente atribuir ao planejamento, o papel de principal instrumento de viabilização da política no setor, sobretudo a partir das últimas décadas, em decorrência da extrema centralização das ações governamentais no poder executivo federal², a observação das práticas oficiais, com relação à área educacional no Nordeste, parecem demonstrar que as relações de poder, nas esferas estadual e municipal, não só continuam a se expressar através de ações clientelistas como parecem ter, ainda, um peso preponderante na definição e na execução das políticas para o setor.

Essas constatações, entretanto, ao invés de configurarem uma relação de antagonismo entre política educacional "planejada", de caráter eminentemente tecnocrático, e política educacional clientelista, baseada nos compromissos políticos entre "os donos do poder" (burguesia nacional associada) e o "poder dos donos" (grandes proprietários agrícolas do Nordeste), parecem expressar, na realidade, a existência de uma relação contraditoriamente complementar entre ambas.

Essa é a posição aqui postulada, com base nos estudos realizados sobre planejamento e clientelismo político no Nordeste, os quais apontam para a articulação entre o avanço do processo de modernização capitalista e o reforço das estruturas tradicionais, levados a efeito na Região, nos últimos decênios, sob a égide do Estado brasileiro (Bursztyń, 1984; Oliveira, 1977; Martins, 1982).

PLANEJAMENTO: UM VEÍCULO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO NORDESTE

A partir dos anos 40 e à medida em que se foram consolidando as bases do projeto de industrialização no país, o planejamento passou a se constituir no principal

mecanismo utilizado pelo Estado brasileiro para potencializar a organização do processo de acumulação, sobretudo em meados da década de 60, quando a associação subordinada do capital industrial nacional ao estrangeiro, determinou a reorientação do modelo econômico-social então vigente.

O estilo de desenvolvimento então adotado, de corte monopolista, passou a exigir o aprofundamento da feição intervencionista do Estado, expressa na centralização das ações governamentais na esfera do poder executivo federal, sob a tutela dos militares, na hipertrofia do aparato técnico-burocrático, na repressão aos movimentos sociais e na limitação da intermediação política no encaminhamento das questões nacionais.

No Nordeste, a tentativa de uma ação planejada do Estado remonta ao início dos anos 60, com a criação da SUDENE, organismo que tinha por objetivo proceder à modernização capitalista da Região e integrá-la à dinâmica da economia nacional, sob a direção da burguesia industrial do Centro-Sul.

A tentativa, no entanto, enfrentou forte resistência das oligarquias agrárias locais, uma vez que estas, embora inscritas de forma subordinada, no pacto nacional, viam no Organismo Regional, uma forte ameaça à sua hegemonia, no seu aspecto de influência, hegemonia essa historicamente construída desde o período colonial.

Dado que a legitimação do Estado na Região passava, necessariamente, pela relação de compromisso com as oligarquias agrárias locais, responsáveis também por uma atividade econômica ainda importante no conjunto da economia nacional e um poder político efetivo, expresso no controle de grande contingente eleitoral, a SUDENE teve suas metas redefinidas, de modo a atender, prioritariamente, ao setor industrial e a manter, quase que intacta, a estrutura e a dinâmica agrárias.

A década de 70 é marcada pela consolidação do modelo econômico de corte monopolista, o qual trouxe, no seu bojo, a necessidade de completar a integração da economia regional à economia nacional, no que se refere à estrutura produtiva do campo.

Em consequência, a penetração capitalista nesse espaço caracterizou-se por uma forte ingerência do poder executivo da União na definição e no encaminhamento de programas de desenvolvimento regional, os quais visavam não somente a modernização e o fortalecimento da grande propriedade, mas, se propunham a empreender uma reestruturação fundiária de caráter restrito e complementar à mesma, pelo incentivo à pequena e à média propriedades, com o que permanecia inalterado o binômio latifúndio-minifúndio.

Nesse contexto, a SUDENE sofreu uma refuncionalização, tornando-se uma agência executora e contro-

¹ Dados do Censo Demográfico de 1980 e da SEEC/MEC, bem como estudos recentes da SUDENE evidenciam que os problemas estruturais da educação no meio rural nordestino, exibem a mesma configuração de 20 anos atrás.

² Ver FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. S.P., EDART, 1977, p. 91 e HORTA, José Silvério B. Planejamento educacional: In *Filosofia da educação brasileira*, R.J., Civ. Brasileira, 1983, p. 195-238.

ladora dos programas de desenvolvimento gestados diretamente pelo poder central e se descaracterizando como instituição definidora de políticas regionais.

As mudanças ocorridas na economia nordestina produziram alterações nas relações entre o poder central e o poder local — as “oligarquias agrárias tradicionais” transformaram-se em empresários e passam a integrar a burguesia nacional, com o que ficam diluídas suas contradições com a classe dominante do Centro-Sul³.

Dessa forma, o coronel que até então emprestava seu apoio irrestrito ao poder central, em troca da sua autonomia econômica e política ao nível local, configurando-se como a própria materialização do Estado, ao integrar-se à burguesia nacional, como capitalista perde a prerrogativa do Estado Regional e passa a ser, apenas, representante do projeto nacional de expansão capitalista para a Região.

Esse novo contexto, contraditoriamente, longe de enfraquecer o poder dos coronéis, reforça-o, tanto a nível econômico, pelo uso de incentivos fiscais e creditícios, como a nível político, pela ampliação da sua área de influência, através da utilização da máquina tecnoburocrática e do preenchimento de cargos na mesma.

Como decorrência da nova constelação de fatores, as práticas clientelistas tradicionais, caracterizadas pela relação direta de troca de favores patrão-empregado, são, progressivamente, substituídas pela intermediação de funcionários, os quais, sob uma aparente neutralidade técnica, asseguram a dependência e o controle político de segmentos cada vez mais representativos da sociedade⁴.

É, pois, sob o olhar vigilante dos coronéis que são implementados programas e projetos governamentais de intervenção direta na estrutura produtiva, como os de apoio técnico e financeiro ao pequeno produtor rural e os de criação de cooperativas, entre outras, bem como projetos que buscam estender a oferta de serviços básicos (educação, saúde, habitação, nutrição e saneamento básico) às populações rurais e às periferias urbanas.

Vale salientar que a implantação desses projetos, sob a tutela dos coronéis e com a intermediação dos funcionários produz desdobramentos que vão desde a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas do poder central, com o que o mesmo se vê legitimado ao nível da Região, até a rearticulação das forças sociais, pela absorção, no interior do Estado, dos conflitos decorrentes das profundas desigualdades geradas na estrutura produtiva, baseada no binômio latifúndio-minifúndio.

A articulação das práticas clientelistas com as ações planejadas pelo Estado, permite compreender como o planejamento se constitui em um forte veículo de preservação das primeiras, de tal modo que se pode afirmar, com grande margem de segurança, que, no Nordeste, o planejamento se constitui em importante veículo de modernização conservadora.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E CLIENTELISMO POLÍTICO

A extrema centralização imposta pelo Poder Executivo, a partir dos anos 60 e, em especial, nos anos 70, configura, à primeira vista, o processo de planejamento

na área de Educação, no âmbito regional, como um mecanismo restrito à implementação de políticas gestadas e geridas pela tecnoburocracia central.

Contudo, o forte traço clientelista que ainda tem caracterizado as ações do Estado no setor educacional no Nordeste, nas esferas estadual e municipal, pode levar a percepção de que essas ações sofrem redirecionamentos, por parte do poder local, de forma a favorecer suas bases de sustentação política, em detrimento daquelas diretrizes emanadas do executivo federal.

Em verdade, a hipertrofia do poder local, na Região e o seu peso na correlação de forças político-econômicas do país, permite-lhe fazer uso máximo do sistema educacional, induzindo, em conseqüência, à crença de que as ações desenvolvidas, no âmbito local, decorrem de iniciativas sob sua tutela.

A análise das relações de poder entre as diversas instâncias político-administrativas, no esforço de implementar a expansão capitalista no país, sob a égide do Estado, tem evidenciado, entretanto, que o processo de modernização pelo qual vem passando o aparelho educacional, não só tem preservado o forte traço clientelista, no âmbito local, como tem tido, no planejamento, um importante elemento de articulação entre aquele processo e a manutenção das estruturas clientelistas.

A articulação desses movimentos opostos, mas combinados, pode ser apreendida nos mecanismos utilizados para a alocação de recursos financeiros no interior das unidades federadas, na implantação e na organização de órgãos descentralizados das secretarias de Educação (NUREs, DEREs, etc.) e na sistemática de contratação de pessoal técnico-pedagógico, entre outros.

Com relação aos recursos, vale salientar que o esvaziamento fiscal dos estados, decorrente da Reforma Tributária instituída em 1966⁵ com o objetivo de dotar o poder central de maiores condições para imprimir ao processo de acumulação do país uma feição monopolista, reduziu as possibilidades dos mesmos de planejarem suas ações educacionais.

Com seus recursos orçamentários quase que totalmente comprometidos com remuneração de pessoal e com a manutenção da máquina administrativa, estados e municípios viram-se obrigados a recorrer às transferências da União para implementarem seus programas. Os

³ Posição defendida por Francisco de Oliveira em conferência proferida na Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), em 24/03/85, numa promoção do Movimento Munda Nordeste.

⁴ Para BURSZTYN, op. cit. “com a sua ação transformadora programada, o Estado espalha seus tentáculos nos diversos setores da sociedade a nível local. Nesse processo, seu agente (técnico e/ou burocrático) se introduz na estrutura social e seu grau na hierarquização tende a aumentar à medida que a ação do Estado se amplia”. Segundo o autor, apesar do coronel ter sido, historicamente, um mediador entre o Estado e a população, nos dias atuais percebe-se que essa mediação tende a se deslocar para as mãos dos funcionários que passam a materializar o caráter assistencial e paternalista do Estado a nível local.

⁵ Lei nº 5.172, de 25/10/1966.

estados de Pernambuco e Ceará, por exemplo, no período de 1979 a 1980, destinavam cerca de 80% dos seus recursos orçamentários para pagamento de pessoal técnico

e administrativo, conforme registram as informações a seguir⁶.

TABELA 1						
Recursos Orçamentários Destinados a Pagamento de Pessoal – Secretarias de Educação de Pernambuco e do Ceará. 1979 – 1982						
Em milhões correntes						
PERÍODO	PERNAMBUCO			CEARÁ		
	TOTAL	PESSOAL		TOTAL	PESSOAL	
		Absolutos	%		Absolutos	%
1979	2.045	1.784	87,0	1.295	1.019	78,0
1980	4.625	3.826	83,0	3.275	2.383	72,0
1981	9.650	8.058	84,0	7.149	5.428	75,0
1982	22.648	18.973	84,0	17.184	12.901	75,0

FONTE: – Pernambuco. Balanço Geral do Estado. 1979 - 1982 – Diretoria de Coordenação. SE/PE.
– Secretária de Educação do Ceará. Projeto Nordeste. Programa de educação rural. Fortaleza, 1985.

As transferências, por seu turno, têm se constituído na via predominante, através da qual o Estado consegue implementar, ao nível das secretarias de Educação, seus programas e projetos destinados a operar a modernização do sistema educacional.

No entanto, um limite a essa estratégia governamental tem sido a reduzida extensão do volume desses recursos, os quais, no período de 1979 a 1982, sequer atingiram 20% do total de recursos com que efetivamente contaram, por exemplo, as secretarias de Educação dos estados de Pernambuco e Ceará.

TABELA 2										
Participação dos Recursos de Transferências no Total das Despesas das Secretarias Estaduais de Educação de Pernambuco e do Ceará										
Em milhões correntes										
PERÍODO	PERNAMBUCO					CEARÁ				
	TOTAL	REC. ORÇAMEN- TÁRIOS		REC. DE TRANS- FERÊNCIAS		TOTAL	REC. ORÇAMEN- TÁRIOS		REC. DE TRANS- FERÊNCIAS	
		Absolutos	%	Absolutos	%		Absolutos	%	Absolutos	%
1979	2.426	2.045	84,0	381	16,0	1.392	1.295	93,0	97	7,0
1980	5.471	4.625	84,0	849	16,0	3.727	3.275	88,0	451	12,0
1981	10.999	9.650	87,0	1.349	13,0	7.679	7.149	93,0	530	7,0
1982	26.559	22.648	85,0	3.911	15,0	19.599	17.184	88,0	2.415	12,0

FONTE: – Pernambuco. Balanço Geral do Estado, 1979 - 1982 – Diretoria de Coordenação – SE/PE
– Ceará – Projeto Nordeste. Programa de educação rural. 1985 – SE/CE.

Um outro limite ao esforço de modernização tem sido a própria sistemática adotada para o repasse das transferências para os vários municípios, uma vez que, ao ser realizada através das secretarias estaduais de Educação, mediante a elaboração de planos e projetos subordinados às diretrizes do MEC, sofre a mediação das gestões dos caciques locais junto aos governos dos estados.

É por essa via que justificativas técnicas, inscritas nos instrumentos de planejamento, são utilizadas para legitimar ações de natureza flagrantemente política.

Ademais, o escoamento das relações de poder que se encontram no bojo do processo de planejamento é favorecido pela amplitude das necessidades educacionais, as quais, sendo crescentes e extensivas, tanto em termos

quantitativos (rede física, material e equipamento escolar, pessoal, etc.), como em termos qualitativos (capacitação de pessoal, precariedade das instalações, material didático, entre outros) são factíveis de conferirem argumentos técnicos às postulações políticas de qualquer município da Região.

No anos mais recentes, sobretudo a partir de 1974, a articulação política governo estadual-municípios, mediatizada pelo planejamento, vem sofrendo algumas alterações, em decorrência da implantação dos chamados Projetos Especiais. Estes, à medida que tentam impor critérios técnicos mais rígidos quanto à sua área geográfica de abrangência e quanto ao segmento populacional a ser atendido (casos do PRODASEC, para as periferias urbanas; do PRONASEC para a zona rural; do PROCANOR,

para municípios da Zona da Mata e do POLONOR-DESTE, para municípios da região agreste, entre outros), evidenciam uma forte intervenção do governo central no encaminhamento das questões educacionais da Região, admitindo-se que, em contrapartida, devam produzir uma diminuição do poder de barganha dos "coronéis", no âmbito das suas áreas municipais de influência.

A pouca representatividade, contudo, dos recursos financeiros desses projetos, no conjunto dos recursos de transferências com que contam os estados para desenvolverem os programas de educação (caso de Pernambuco), e o seu aporte irregular, relativiza a ação do governo central, abrindo margem à manutenção da barganha local, com o que são legitimadas as bases eleitorais.

TABELA 3
Participação dos Recursos dos Projetos Especiais no Total dos Recursos de Transferências das Secretarias de Educação de Pernambuco e do Ceará.
1979 - 1982

Em milhões correntes						
PERÍODO	PERNAMBUCO			CEARÁ		
	RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS			RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS		
	TOTAL	Projetos Especiais		TOTAL	Projetos Especiais	
		Absolutos	%		Absolutos	%
1979	381	32	8,0	97	23	24,0
1980	847	321	38,0	451	238	52,0
1981	1.349	425	32,0	530	362	68,0
1982	3.911	723	19,0	2.415	1.253	51,0

FONTE: — Pernambuco. Balanço Geral do Estado. 1979 - 1982 — Diretoria de Coordenação. SE/PE
 — Ceará. Projeto Nordeste. Programa de educação rural. — SE/CE.

A instituição do planejamento como mecanismo viabilizador da modernização, na área educacional, vem produzindo uma complexificação das estruturas técnicas e administrativas dos órgãos governamentais do setor, no Nordeste, em todos os níveis (estadual e municipal), exigindo, em consequência, a sua descentralização espacial, através da criação de departamentos regionais e requerendo, dos seus recursos humanos, qualificações sistemáticas para operarem sob novas metodologias de trabalho.

Isso tem levado a que se impute à tecnoburocracia, um grande poder de decisão na direção e no desenvolvimento das ações voltadas para a modernização do sistema de ensino. No entanto, ao se analisar as formas como se opera a descentralização, como o recrutamento dos recursos humanos à mesma necessários, percebe-se, com clareza, que aquele poder sofre determinações de natureza política.

Neste sentido, pode-se constatar que, no Nordeste, não é raro a localização de Departamentos ou Coordenadorias Regionais ou mesmo de Centros de Treinamento ser orientada em função do reforço às bases de susten-

tação eleitoral de políticos que, no exercício de cargos na administração pública, disso se utilizam para fazerem valer seus interesses, em detrimento dos critérios técnicos estabelecidos. Em termos mais explícitos, significa que, não obstante a exigência de requisitos mínimos de qualificação profissional, o acesso aos cargos é também mediatizado pela interferência dos poderosos locais que, por essa via, ampliam sua influência na organização social, impondo ao corpo técnico um duplo papel — o de braços de modernização capitalista e o de braços burocráticos de legitimação do clientelismo.

Em decorrência, tanto o preenchimento de cargos

⁶ O elevado percentual de recursos destinados a pessoal não significa remuneração condigna daqueles que atuam no setor educação. Dados oficiais de Pernambuco, por exemplo, indicam que dos 51.940 servidores estaduais existentes em 1982, 31.695 estavam lotados na Secretaria de Educação (61%), cujos recursos para pagamento de pessoal entretanto, não ultrapassavam 35% do montante alocado pelo Estado para essa rubrica.

de coordenação dos órgãos descentralizados como das escolas, tem-se constituído em um processo de expressivas barganhas, o que explica o caráter vitalício e hereditário que, em muitos casos, esses cargos assumem.

A ingerência de maior relevância do poder local, entretanto, ocorre no âmbito da contratação de professores das redes públicas estadual e municipal. Com relação à primeira, a abolição de concursos públicos para ingresso no magistério "primário" (séries iniciais do 1º grau de ensino), tanto no interior como nas capitais,

tem sido bastante propício à ampliação dos mecanismos clientelistas⁷

Dados sobre a forma de ingresso dos professores das séries iniciais do 1º grau no magistério público estadual de Pernambuco, revelados pela pesquisa sobre os "Processos de trabalho e formação dos docentes de 1º grau", desenvolvida pela Universidade Católica, em convênio com a SUDENE, são bastante ilustrativos dessa realidade.

TABELA 4

Formas de Ingresso na Profissão, Segundo Depoimento das Professoras da Zona Urbana do Estado de Pernambuco/1983

FORMAS DE INGRESSO	LOCALIZAÇÃO			
	ÁREA METROPOLITANA DO RECIFE		CIDADES DE PORTE MÉDIO	INTERIOR
	RECIFE	OUTROS MUNICÍPIOS		
Por indicação de político	20,0	23,0	18,0	33,0
Por indicação de outros	44,0	62,0	77,0	60,0
Por concurso	36,0	15,0	6,0	7,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: – SUDENE– UNICAP. Pesquisa sobre os processos de trabalho e a formação dos docentes de 1º grau em Pernambuco. Recife, 1984. Ainda não publicada.

Vale ressaltar que a categoria *indicação de outros*, expressa na tabela, pode significar uma nova forma de clientelismo político, exercido através de mediação burocrática, ou seja, realizada, através dos coordenadores de departamentos regionais.

O depoimento dos professores, recolhidos pela mesma pesquisa e que a seguir são transcritos, mostram-se reveladores das articulações político-burocráticas que presidem o ingresso no magistério estadual: "A minha contratação veio através de político mesmo. Se não fosse assim eu nunca conseguia"; "Minha mãe pedia a todo mundo e eu me inscrevi no DERE. Aí no Município, foi o diretor da escola que me arranhou o trabalho. Ele é vereador e dono da sede (prédio) onde funciona a escola"; "Entrei através de político. Me convidaram para ensinar no Município. São tantas querendo entrar e sem ter concurso nem nada. O negócio é a gente ir atrás dos políticos e eles arranjam para serem líderes"; "Entrei por indicação do chefe do DERE-2 na época"; "Meu pai é político lá em . . . , sabe, e o prefeito de . . . é amigo dele; aí ele me indicou"; "Ingressei no Município por cadeira-prêmio; pelo Estado, também cadeira-prêmio, quer dizer, foi um deputado que conseguiu pra mim"; "Entrei através de amigos que tinham conhecimento com pessoas da prefeitura. Para o Estado, veio através de amizade, também. Maçonaria, amizade e veio o contrato. Sempre apelo para políticos. De repente a sorte. Para ser professor do Estado, além do grau de cultura, precisa de muita amizade".

Com referência, sobretudo, à rede municipal do ensino no Nordeste, o preenchimento de vagas no ma-

gistério é reconhecido, historicamente, como uma prerrogativa dos caciques locais. Isso confere, de resto, grande instabilidade ao professorado, cuja permanência no trabalho não apenas fica à mercê de injunções políticas como estas balizam suas relações empregatícias.

A grande rotatividade que isso impõe ao professorado, sobretudo aquele situado nas zonas rurais, parece se constituir em um dos fatores mais expressivos, responsáveis pela persistência do elevado contingente de professores leigos na Região (cerca de 79% do total dos docentes da zona rural, em 1980), não obstante os esforços empreendidos pelas secretarias estaduais de Educação, com vistas ao treinamento, ao aperfeiçoamento e à habilitação dos mesmos e sua posterior contratação pelas prefeituras.

Neste sentido, as tentativas de implantação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério, postulados sobretudo, pelo EDURURAL, tem encontrado fortes resistências por parte dos poderes municipais, o que vem conferir à questão do professor leigo, no Nordeste, um caráter mais político do que técnico.

A análise do clientelismo, no âmbito da Educação, comporta, como se pode apreender, várias dimensões. Resguardando, no entanto, o caráter preliminar deste

⁷ No presente ano, o Governo do Estado de Pernambuco restabeleceu concurso público para ingresso no magistério na rede estadual, circunscrevendo-o, entretanto, à capital e aos municípios da região metropolitana, área tradicionalmente oposicionista.

estudo, pode-se inferir que, no Nordeste, o sistema educacional constitui-se em uma estrutura eminentemente voltada para garantir a representatividade eleitoral (ou eleitoreira) do Estado, conseguida mediante articulação com as ações tecnocráticas, homogeneizadoras do espaço nacional).

Nesse contexto, o planejamento educacional configura-se como um instrumento dessa articulação, o que, em síntese, significa apreender sua dimensão como importante mecanismo de "modernização conservadora".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURSZTYN, M. *O poder dos donos; planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- CEARÁ. Secretaria de Educação. Projeto Nordeste. *Programa de Educação rural*. Fortaleza, 1985.
- FREITAG, B. *Escola, estados e sociedade*. São Paulo, EDART, 1977.
- HORTA, J.S.B. Planejamento educacional. In: SAVIANI, D. et al. *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- MARTINS, P.H.N. Coronelismo e dominação burguesa. *Cadernos de História*. Recife, UFPe, (1), 1983.
- _____. Estado burguês e natureza do planejamento no Nordeste. In: *CAPÍTULOS de geografia do Nordeste*. DCG/UFPe, Recife, 1982.
- _____. Coronelismo, poder burguês e movimentos populares. In: *PRESENÇA*. São Paulo, (1): 139-47, dez./jan. 1985.
- NEVES, L. et al. Estado e planejamento educacional no Brasil: a formação do planejador. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (51): 55-63, nov. 1984.
- OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma religião: SUDENE*, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. *Redefinição da questão regional e o papel da SUDENE*. Recife, 1985. Conferência proferida na Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), numa promoção do Movimento Muda Nordeste, em 24.03.85. Sem revisão do autor.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Fazenda. *Balanço geral do Estado 1979*. Recife, 1980.
- _____. *Balanço geral do Estado-1980*. Recife, 1981.
- _____. *Balanço geral do Estado-1981*. Recife, 1982.
- _____. *Balanço geral do Estado-1982*. Recife, 1983.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Departamento de Educação. *O professor do ensino elementar em Pernambuco*. Recife, 1985.

